

Resultado da Agenda Legislativa

De 12/08/2024 até 16/08/2024

Câmara Dos Deputado

12/08/2024 - segunda-feira

10:00

CN - CONGRESSO NACIONAL

[Sessão Não Deliberativa Solene](#)

Local	Objetivo	Status
Plenário do Senado Federal	Sessão Solene em homenagem aos 40 anos do Movimento de Mulheres Camponesas. Requerentes : Senadora Augusta Brito e Deputada Federal Camila Jara	Encerrada

13/08/2024 - terça-feira

13:55	PLEN - Plenário	Status
Sessão Deliberativa	Objetivo	Encerrada
Local	Objetivo	Status
Plenário da Câmara dos Deputados	Sessão Deliberativa Extraordinária (semipresencial)	Encerrada
Proposições em pauta		

Ordem: 6

CD PLP 108/2024 - (URGENTE)

Autor(a): Poder Executivo

Institui o Comitê Gestor do Imposto sobre Bens e Serviços - CG-IBS, dispõe sobre o processo administrativo tributário relativo ao lançamento de ofício do Imposto sobre Bens e Serviços - IBS, sobre a distribuição para os entes federativos do produto da arrecadação do IBS, e sobre o imposto sobre Transmissão/Causa mortis e Doação de (Qualquer Bens ou Direitos - ITCMD), e dá outras providências. **Despachos:** CQC -> CFT -> CLCS -> CASP -> PLEN

Atual Relator(a): Mauro Beneditos Filho (PDT-CE)

Resultado:

Discussão em turno único. Votação do Requerimento do Dep. Gilson Marques, que solicita retirada de pauta deste Projeto de Lei Complementar. Registrado o Requerimento. Sim: 106; não: 241; total: 347. Designado Relator, Dep. Mauro Beneditos Filho (PDT-CE), para proferir Parecer em Plenário pela Comissão de Indústria, Comércio e Serviços. Designado Relator, Dep. Mauro Beneditos Filho (PDT-CE), para proferir Parecer em Plenário pela Comissão de Administração e Serviço Público. Designado Relator, Dep. Mauro Beneditos Filho (PDT-CE), para proferir Parecer em Plenário pela Comissão de Finanças e Tributação. Designado Relator, Dep. Mauro Beneditos Filho (PDT-CE), para proferir Parecer em Plenário pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania. Parecer proferido em Plenário pelo Relator, Dep. Mauro Beneditos Filho (PDT-CE), pela Comissão de Indústria, Comércio e Serviços, que conclui pela aprovação do Projeto de Lei Complementar nº 108, de 2024, na forma do Substitutivo adotado pelo relator da Comissão de Finanças e Tributação. Parecer proferido em Plenário pelo Relator, Dep. Mauro Beneditos Filho (PDT-CE), pela Comissão de Administração e Serviço Público, que conclui pela aprovação do Projeto de Lei Complementar nº 108, de 2024, na forma do Substitutivo adotado pelo relator da Comissão de Finanças e Tributação. Parecer proferido em Plenário pelo Relator, Dep. Mauro Beneditos Filho (PDT-CE), pela Comissão de Finanças e Tributação, que conclui pela adequação formal e orçamentária do Projeto de Lei Complementar nº 108, de 2024, e, no mérito, pela aprovação, na forma do Substitutivo apresentado. Parecer proferido em Plenário pelo Relator, Dep. Mauro Beneditos Filho (PDT-CE), pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, que conclui pelo atendimento dos pressupostos de constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa do Projeto de Lei Complementar nº 108, de 2024, e do Substitutivo adotado pelo relator da Comissão de Finanças e Tributação. Decretam a Matéria. Dep. Cláudio Alencar (PSOL-RJ), Dep. Luiz Philippe de Orleans e Bragança (PL-SP), Dep. Hildo Rocha (MDB-MA), Dep. Marcos Vinícius Hatem (NOVO-RS), Dep. Ivan Valente (PSOL-SP), Dep. Gilson Marques (NOVO-SC), Dep. Luiz Carlos Hoashi (PODE-PR), Dep. Julia Zanatta (PL-SC), Dep. Tarcísio Motta (PSOL-RJ) e Dep. Erika Kahay (PPS-DF). Encerrada a discussão. O Projeto foi emendado. Foram apresentadas as Emendas de Plenário nºs 1 a 109. Foram retiradas as Emendas de Plenário nºs 28, 29 e 41. Designado Relator, Dep. Mauro Beneditos Filho (PDT-CE), para proferir Parecer as Emendas de Plenário pela Comissão de Indústria, Comércio e Serviços. Designado Relator, Dep. Mauro Beneditos Filho (PDT-CE), para proferir Parecer as Emendas de Plenário pela Comissão de Administração e Serviço Público. Designado Relator, Dep. Mauro Beneditos Filho (PDT-CE), para proferir Parecer as Emendas de Plenário pela Comissão de Finanças e Tributação. Designado Relator, Dep. Mauro Beneditos Filho (PDT-CE), para proferir Parecer as Emendas de Plenário pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania. Votação em turno único. Encaminharam a Votação da Matéria, Dep. Cláudio Alencar (PSOL-RJ), Dep. Gilson Marques (NOVO-SC), Dep. Hildo Rocha (MDB-MA) e Dep. Daniel José (PODE-SP). Parecer às Emendas de Plenário proferido pelo Relator, Dep. Mauro Beneditos Filho (PDT-CE), pela Comissão de Indústria, Comércio e Serviços, que conclui pela aprovação das Emendas de Plenário nºs 1, 2 e 9, na forma da Subemenda Substitutiva Global adotada pelo relator da Comissão de Finanças e Tributação, e pela rejeição das demais Emendas. Parecer às Emendas de Plenário proferido pelo Relator, Dep. Mauro Beneditos Filho (PDT-CE), pela Comissão de Administração e Serviço Público, que conclui pela aprovação das Emendas de Plenário nºs 1, 2 e 9, na forma da Subemenda Substitutiva Global adotada pelo relator da Comissão de Finanças e Tributação, e pela rejeição das demais Emendas. Parecer às Emendas de Plenário proferido pelo Relator, Dep. Mauro Beneditos Filho (PDT-CE), pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, que conclui pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa de todas as Emendas de Plenário e da Subemenda Substitutiva Global adotada pelo relator da Comissão de Finanças e Tributação. Aprovada a Subemenda Substitutiva Global ao Projeto de Lei Complementar nº 108, de 2024, adotada pelo relator da Comissão de Finanças e Tributação, resultados os seguintes: Sim: 303; não: 142; total: 445. Em consequência, foram prejudicados o Substitutivo, a proposição inicial e as emendas apresentadas. Adida a continuação da votação em face do encerramento da Sessão.

14-30

Cooperat

Local	Objetivo	Status
Salão Nobre	Reunião da Frente Parlamentar da Economia Popular e Solidária com mulheres produtoras rurais e urbanas, com o oferecimento de coquetel com produtos agropecuários.	

10-00 CCTI - Comissão de Ciência, Tecnologia e Inovação

Local	Objetivo	Status
Ancoro II, Plenário 09	Discussão e votação de propostas legislativas	Encerrada (Final)

Ordem: 1

CD RES 33/2024 CCTI - (DIVERSOS)

Autor(a): Luiza Canziani (PSB-PR)

Requer a realização de Audiência Pública para discutir o papel da ciência brasileira e de todos os setores da sociedade no combate à fome, segurança alimentar e nutricional.

ORIENTAÇÃO FPA

FAVORÁVEL (1)

Resultado:

Usaram da Palavra os Deputados Leonardo Gadelha, Jandira Feghali e Eduardo Bismarck. Aprovado, suscitou pelos Deputados Eduardo Bismarck, Leonardo Gadelha e Jandira Feghali, com afilhamento para incluir na lista de convidados: Cássia Felipe Santos Silva, representante de agricultura familiar; representante do Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar; representante do Ministério da Agricultura e Pecuária, representante da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - Sudeneq, e representante do Instituto Nacional de Semeadura - INSA.

10-00 CMADS - Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Local	Objetivo	Status
Ancoro II, Plenário 08	Plano de combate às queimadas, fumaça tóxica e resiliência dos rios no Amazonas REO 47/24, do Deputado AMON MANDRI (CIDADANIA-LIAM) Convidados: ANDRÉ LIMA (presença confirmada) Secretário Extraordinário de Controle de Desmatamento e Ordenamento Ambiental Territorial do Ministério do Meio Ambiente e Mudanças do Clima (SECOMMA) JAIR SCHMITT (presença confirmada) Diretor de Proteção Ambiental do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) MAYCON DOUGLAS CASTRO (presença confirmada - remota) Chefe da Assessoria de Recursos Hídricos da Secretaria Estadual de Meio Ambiente do Amazonas (ASSHID-SEMA) ANTONIO ADEMIR STROEM Secretário Municipal de Meio Ambiente do Município de Manaus (SEMAMAS) GENEVAL RICARDO AUGUSTO FERREIRA COSTA NEVES Comandante Militar da Amazônia (CMA) CORONEL REINALDO AGRIS MENEZES (presença confirmada - remota) Subcomandante-Geral do Corpo de Bombeiros Militar do Amazonas (CBAMA)	Encerrada (Final)

10-00

CLP - Comissão de Legislação Participativa

Local	Objetivo	Status
Ancoro II, Plenário 03	Discussão e votação de propostas legislativas	Encerrada (Final)

Ordem: 5

CD RES 128/2024 CLP - (DIVERSOS)

Autor(a): Simila Bomfim (PSOL-SP)

Requer a realização de audiência pública para debater a greve dos servidores e servidoras do Ministério do Meio Ambiente e Mudanças do Clima, ICMBio, IBAMA e Serviço Florestal Brasileiro.

ORIENTAÇÃO FPA

FAVORÁVEL

Resultado:

Aprovado.

Ordem: 28

CD RES 143/2024 CLP - (DIVERSOS)

Autor(a): Padre Jeão (PUMG)

Requer a realização de Seminário, em conjunto com a Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (CMADS), para debater o lançamento do Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PLANAPO 2024-2027) e a implementação do Programa Nacional de Redução de Agroquímicos (PRONARA).

Resultado:

Aprovado.

11-00

CEXCIRS - Comissão Externa destinada a apurar e acompanhar os danos causados pelas enchentes de 2023 e 2024, que atingiram o estado do Rio Grande do Sul

Local	Objetivo	Status

Retomada das atividades econômicas, relacionadas ao Agror, e reconstrução dos municípios paralisados pelas enchentes em 2023 e 2024. (Em virtude do cancelamento e atrasos dos voos de diversos convidados a audiência foi alterada para cerca de 11.000 Convidados. Organizações privadas: GEDÉAO PEREIRA, Presidente da Federação de Agricultura do Estado do Rio Grande do Sul - FARSUL; CARLOS WEL DA SILVA, Presidente da Federação dos Trabalhadores na Agricultura no Rio Grande do Sul; MARIA HELENA SAFFELD, Presidente da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural, EMATER-RS; LUIS FERNANDO FUCHS, Presidente da Associação dos Produtores de Soja do Rio Grande do Sul - APROSOJA; RÍGO MARTINS DA SILVA JUNIOR, Presidente da Confederação de Agricultura e Pecuária do Brasil - CNA; TARCÍSIO MINETTO, Gerente de Relações Institucionais e Sindicais, Presidente da Organização das Cooperativas do Estado do Rio Grande do Sul - OCERSG; ALLAN ANDRÉ TURKEM, Coordenador do Conselho Partitico Produtores/Indústrias de Leite do Estado do Rio Grande do Sul - CONSELTEIERS; PAULO PIRES, Presidente da FECCOAGRO-RS - Federação das Cooperativas Agropecuárias do Estado do Rio Grande do Sul; Representante da SOS Agro - Representantes do Governo Federal e do Rio Grande do Sul; Representante do MAPA - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; Representante do Ministério da Fazenda; Representante da Secretaria para Apoio à Reconstrução do Rio Grande do Sul; Representante da Secretaria da Agricultura, Pecuária e Desenvolvimento Rural do Rio Grande do Sul; Representante do Governo do Rio Grande do Sul; Presidente da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul; Deputados estaduais da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul; Representantes do Setor privado: JOÃO BABELLO, Representante de Banco do Brasil; Genêria de Agropecuários; ROBSON SANTOS, Superintendente da Unidade de Agropecuária do Baurival, Banco do Estado do Rio Grande do Sul; RAYOLFO VIEIRA JUNIOR, Presidente do (Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul - INACIO CATTANI, Presidente do Sicredi. Especialistas JOSÉ FERNANDES BARBOSA NETO, Chefe do departamento de Plantas e Lavoura da UFRRGS; CAIO FABIO STOFFEL, Diretor do Departamento de Inspecção e Pesquisa Agropecuária da UFRRGS; JORGE LEMANSKI, Chefe Geral da EMBRAPA Trigo; FERNANDO LOPES, Presidente da FEPAGRO - Fundação Estadual de Pesquisa Agropecuária. (Requerimentos 03 e 07/2024, do Deputado Marcelo Van Hattem)

Anexo II, Plenário 01

11-30 [Requisição Deliberativa](#)

Objetivo Status
Local Encerrada
 Anexo II, Plenário 10
 Discussão e votação de propostas legislativas.

Proposições em pauta

Ordem: 1

CD 182 30/2024 CCULT - (DIVERSOS)

Antecedente: **Marcelo Van Hattem (PPV-RR)**

Requer a realização de Audiência Pública sobre o Projeto de Lei nº 1.237/2024, que institui o dia 14 de maio como "Dia Nacional dos Animais de Estimação".

ORIENTAÇÃO FPA

MONITORAR

Resultado:

Aprovado. Subscreeveu o requerimento o Dep. Aziel Machado.

13-00 [Audiência Pública](#)

Objetivo Status
Local Encerrada (Final)
 Comunidades tradicionais pesqueiras - PL 131/2020: REQ nº 13/2024, do senador do Deputado Tullio Gadálha, subscrito pela Deputada Elizabeth Faro. IZADORA GALMA BRITO - presença confirmada. Secretária Nacional Adjunta de Diálogos Sociais e de Articulação de Políticas Públicas da Presidência da República LUCIANO MARIZ MAIA - presença confirmada. Subsecretário-Geral da República RONALDO NETO - presença confirmada. Defensor Público Federal MARIA JOSÉ HONORATO PACHECO - presença confirmada. Integrante do Conselho Pastoral dos Pescadores JOSANA PINTO DA COSTA - presença confirmada. Representante do Movimento dos Pescadores e Pescadoras Artesanais CARLOS ALBERTO PINTO DOS SANTOS - presença confirmada. Coordenador de Relações Institucionais da Comissão Nacional de Fortalecimento das Iniciativas Extrativistas e Povos Tradicionais Extrativistas Costeiros e Marinhos - CONFREM MYRELLY DAVSEANA BARBOSA CONCALVES - presença confirmada. Representante da Articulação Nacional das Pescadoras JOCEMAR TOMASINO MENDONÇA - presença confirmada. Servidor do Ministério da Pesca e Aquicultura CRISTIANO QUARESMA DE PAULA - presença confirmada. Servidor do Ministério da Pesca e Aquicultura

Anexo II, Plenário 12

14-00 [Seminário](#)

Objetivo Status
Local Encerrada (Final)
 A inserção do Hidrogênio na Matriz Energética Brasileira: Regulação e Projetos Seminário Temático A Inserção do Hidrogênio na Matriz Energética Brasileira. Regulação e Projetos 14b - Abertura DEPUTADO ARNALDO JARDIM, Presidente da Comissão Especial de Transição Energética e Produção de Hidrogênio Verde da Câmara dos Deputados - CEENERG; DEPUTADO BACELAR, Relator da Comissão Especial de Transição Energética e Produção de Hidrogênio Verde da Câmara dos Deputados - CEENERG; SENADOR CID GOMES, Presidente da Comissão Especial para Debate de Políticas Públicas sobre Hidrogênio Verde do Senado Federal - CEIV; ELIANO DE FREITAS, Governador do Estado do Ceará; RAFAEL FORTES, Governador do Estado do Piauí; TARCÍSIO BRANCO, Diretor de Desenvolvimento Territorial e Transição Energética - Secretária de Desenvolvimento Econômico do Estado da Bahia; FERNANDA DELGADO, Diretora Executiva da Associação Brasileira da Indústria de Hidrogênio Verde - ABHV, 15h15 - 1ª Parte: Políticas Públicas para o Hidrogênio de Baixa Emissão de Carbono THIAGO BARRAL, Secretário Nacional de Transição no Ministério de Minas e Energia - MME; RODRIGO KOLLEMBERG, Secretário de Economia Verde, Descarbonização e Biodiversidade no Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços - MDIC; GUSTAVO HENRIQUE FERREIRA, Diretor de Programas da Secretaria de Reformas Econômicas do Ministério da Fazenda - MF; EDUARDO ROSSI, Conselheiro de Administração na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE; e Maurício Tolmasquim, Diretor de Transição Energética da Petrobras. 15h45 - Coffee Break 16h00 - 2ª Parte: Projeto de Produção de Gás Hidrogênio em Desenvolvimento no Brasil ALEXANDRE CASTRO, Engenheiro na E-Combustíveis - Eletrobras; LUIS VÍGA, Diretor Geral de Pesquisas Brasil; FERNANDO ELIAS, Diretor de Relações Institucionais na Casa dos Ventos; EDECK TORRES, CEO da ArcelorMittal Poços; ALEXANDRE GROSZMANN, Gerente de Projetos na América Latina do European Energy; e Vice-Presidente da Associação Brasileira da Indústria de Hidrogênio Verde ABHV; DENNER MIRANDA, Diretor de Projetos e Representante da Green Energy Park no Brasil; e DANIEL WUBNER, Vice-Presidente Senior de Soluções Industriais para a América Latina na Yara International.

Anexo II, Plenário 02

14-30 [Requisição Deliberativa](#)

Objetivo Status
Local Encerrada (Final)
 Anexo II, Plenário 01
 Discussão e votação de propostas legislativas

Proposições em pauta

Ordem: 1
CD REQ 49/2024 CCJC - (DIVERSOS)
Autor(a): Pedro Lupatim (PP/PR)
Requerer a concessão do Excepcionismo Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública para esclarecer as ações da Pasta no que se refere às invasões de propriedades perpetradas por indígenas.

ORIENTAÇÃO FPA
FAVORÁVEL (1)

Resultado:
Não deliberado em razão do encerramento da Reunião

Ordem: 43

CD PL 3017/2023 - (ORDINÁRIA)

Autor(a): Jorge Goetien (REPUBLICANOS/SC)
Confere ao Município de Mirim Doce, no Estado de Santa Catarina, o título de Capital Nacional do Melão Amarelo.
Despachos: CAPADR -> CCJC
Atual Relator(a): Cabalchini (MDB/SC)
Parere:
Parere de Comissão ao Projeto de Lei nº 3.037/2023.

ORIENTAÇÃO FPA
FAVORÁVEL AO PARECER DO RELATOR (1)

ARGUMENTAÇÃO
Mirim Doce se destaca como polo produtor de arroz de alta qualidade. A região possui o ambiente ideal para o cultivo do cereal. Coletar o título ao município, terá um impacto econômico extremamente positivo não apenas nas atividades agrícolas realizadas no município, mas também no impulso de outros setores locais, como o turismo e a gastronomia. Além disso, incentivará os produtores a prosseguirem com seus investimentos em técnicas de produção modernas, mantendo um alto padrão de qualidade.

Resultado:
Aprovada a Redação Final.

Ordem: 87

CD PL 4379/2019 - (PRIORIDADE)

Autor(a): Enali Lucas
Altera os limites da Floresta Nacional de Brasília, criada pelo Decreto nº 10 de junho de 1999; altera e reorganiza a Reserva Biológica da Contagem, criada pelo Decreto nº 11 de dezembro de 2002; altera a Lei nº 11.285, de 8 de março de 2006, para modificar os limites do Parque Nacional de Brasília e de outras provisórias.
Despachos: CMADS -> CCJC -> FLEN
Atual Relator(a): Bia Kicis (PL/DF)

Parere:
Parere da Relatora, Dep. Bia Kicis (PL/DF), pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação deste, na forma do Substituto da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável.

ORIENTAÇÃO FPA
FAVORÁVEL AO PARECER DA RELATORA (1)

ARGUMENTAÇÃO
A destinação (processo legal pelo qual uma área deixa de ter uma destinação específica atribuída anteriormente e passa a ter uma nova finalidade) das Áreas 2 e 3 da Floresta Nacional de Brasília visa sanar condições históricas e permitir que essas áreas sejam utilizadas para outros fins, como a regularização fundiária e atividades econômicas, que antes não eram permitidas devido às restrições ambientais. Essas áreas já estão ocupadas e não possuem mais vegetação original, o que impede sua recuperação na preservação da biodiversidade. Regularizar a situação fundiária proporciona segurança jurídica e melhores condições de vida para agricultores e moradores locais. Adicionalmente a proposta inclui medidas compensatórias, como a expansão da Área 1 da Floresta e a criação do Parque Nacional da Chapada da Contagem.

Resultado:
Não deliberado em razão do encerramento da Reunião

Ordem: 90

CD PL 8262/2017 - (ORDINÁRIA)

Autor(a): André Amaral (PROS/PR)
Dispõe sobre a retirada de invasores de propriedade privada.
Despachos: CSPOCO -> CCJC -> FLEN
Atual Relator(a): Zucchi (PL/RS)

Parere:
Parere do Relator, Dep. Dr. Victor Linhares (PODE/ES), pela constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação deste e do Substituto da Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado e pela constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação dos Projetos de Lei nºs 10.010/2018, 5549/2019, 4.433/2023, 10.149/2018, 942/2019, 3.040/2019, 6.193/2019, 1.090/2023, 3.677/2023, 959/2024, 4.389/2023, 3.588/2021, 1.226/2022, 2.946/2022, 1.892/2023, 1.276/2023, 1.447/2023, 2.108/2023, 2.323/2023, 2.890/2023, 4.370/2023, 1.361/2023 e 1.394/2024, apensados, com substitutivo.

ORIENTAÇÃO FPA
FAVORÁVEL AO PARECER DO RELATOR (1)

ARGUMENTAÇÃO
O parere do relator de nº 7 na CCJC recomenda o não avanço do Projeto de Lei principal, PL 8.252/17, devido ao conteúdo da proposição que permite ao proprietário estabelecer assistência policial para remover o invasor, desde que apresente uma escritura pública comprovando a propriedade do imóvel. Nesse sentido, o texto do PL nº 10.010/2018 é mais apropriado, pois permite ao possuidor turbado ou esbulhado manter-se ou restituir-se por sua própria força, ou solicitar assistência policial, sem necessidade de ordem judicial, desde que o faça imediatamente e restrinja seus atos de defesa ou desforço ao mínimo necessário para a manutenção ou restituição da posse. Essa limitação é fundamentada na necessidade de proteger a posse legítima e assegurar a efetividade do direito, evitando que a burocracia ou estratagemas legais impeçam a defesa ou a retomada da posse de forma rápida e eficiente. Quanto aos vinte e três projetos de leis apensados, trata-se de disposições sobre esbulho, quando já bem atendida pelo PL 10.010/18. Portanto somos favoráveis em prosperar o PL 10.010/18 e apensados, na forma do substitutivo pela CCJC.

Resultado:
Não deliberado em razão do encerramento da Reunião

Ordem: 114

CD PL 4112/2023 - (ORDINÁRIA)

Autor(a): Rodolfo Neogretia (PL/MS)
Dispõe sobre a criação do Cadastro de Invasores de Propriedades e da outras provisórias.
Despachos: CSPOCO -> CCJC
Atual Relator(a): Bia Kicis (PL/DF)

Parere:
Parere da Relatora, Dep. Bia Kicis (PL/DF), pela constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação, na forma do Substituto da Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado.

ORIENTAÇÃO FPA
FAVORÁVEL AO PARECER DA RELATORA (1)

ARGUMENTAÇÃO
Mediante o cadastro será possível verificar pessoas que têm um histórico nas invasões de terras, permitindo às autoridades identificar padrões de comportamento e implementar eventualmente medidas preventivas para evitar futuras invasões. Ao limitar não apenas a repressão, mas a prevenção às infrações legais mais eficazes, o cadastro também irá contribuir para a segurança das propriedades.

Resultado:
Não deliberado em razão do encerramento da Reunião

Ordem: 121

CD PL 4609/2020 - (ORDINÁRIA)

Autor(a): Chris Tomietto (PL/RJ)
Altera o art. 12-A da Lei nº 8.008, de 10 de novembro de 1999, acrescentando parágrafos a fim de limitar a extensão da aplicação da Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão - ADO.
Despachos: CCJC
Atual Relator(a): Gilson Marques (NOVO/SC)

Parere:
Parere do Relator, Dep. Gilson Marques (NOVO/SC), pela constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação, com substitutivo.

ORIENTAÇÃO FPA
FAVORÁVEL AO PARECER DO RELATOR (1)

ARGUMENTAÇÃO
O projeto cristaliza a importância de regulamentar o controle da constitucionalidade por omissão para preservar a separação de poderes e assegurar uma atuação equilibrada do STF. Esta proposta é favorável porque visa prevenir que o Judiciário ultrapasse suas atribuições, assumindo funções que são prerrogativas do Legislativo. Ao estabelecer critérios objetivos e balizas claras, o projeto de lei promove a segurança jurídica e a previsibilidade, essenciais para um Estado Democrático de Direito. Além disso, ao conter o ativismo judicial, a proposta fortalece a democracia ao garantir que mudanças significativas na legislação sejam resultado de deliberação parlamentar, respeitando a vontade popular expressa através dos representantes eleitos. Isso ajuda a manter o equilíbrio entre os poderes, evitando a concentração de poder em uma única esfera, e reforça a legitimidade e a eficácia das normas jurídicas.

Resultado:
Retirado de pauta, de ofício, em virtude da ausência do Relator. Prejudicado os Requerimentos de Retirada de Pauta e Votação Nominal da Retirada de Pauta de autoria dos Deputados Chico Alencar, Célia Xakrabá, Túlio Gadêlha, Fernanda Melchionna e Patruss Ananias

Ordem: 122

CD PL 2168/2021 - (ORDINÁRIA)

Autor(a): José Mario Schreiner (MDB/GO)
Altera a Lei 12.651/2012, para considerar como de utilidade pública as obras de infraestrutura de irrigação e dessedentação animal.
Despachos: CAPADR -> CMADS -> CCJC
Atual Relator(a): Coronel Fernando (PL/MT)

Parere:
Parere da Relatora, Dep. Coronel Fernando (PL/MT), pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa deste, dos Projetos de Lei nºs 2.673/2021 e 2.853/2021, apensados, e do Substituto da Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural.

ORIENTAÇÃO FPA
FAVORÁVEL AO PARECER DA RELATORA (1)

ARGUMENTAÇÃO
A redação atual do Código Florestal (Lei nº 12051/2012) só permite intervenções em APPs para obras de utilidade pública, de interesse social ou de baixo impacto ambiental. Portanto, o objetivo do projeto é considerar como de utilidade pública, as obras de infraestrutura e dessedentação animal, incluindo barramentos ou represamentos de água que causam intervenção ou supressão da vegetação nativa em áreas de preservação permanente (APP). Isso se deve à dificuldade de construir reservatórios de água para irrigação nessas áreas, o que é um obstáculo para o crescimento da agricultura irrigada no Brasil.

Resultado:
Não deliberado em razão do encerramento da Reunião

14-30 **CICS - Comissão de Indústria, Comércio e Serviços**

Resumo Deliberativo

Local: Anexo II, Plenário 05
Objetivo: Discussão e votação de propostas legislativas
Status: Encerrada (Final)

Proposições em pauta

Ordem: 2

CD PL 11210/2018 - (PRIORIDADE)

Autoria: Romário Rodrigues

Altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998 (Lei de Crimes Ambientais), para elevar a pena de Maus-tratos a animais e estabelecer punição financeira para estabelecimentos comerciais que coarctem para essa prática.

Despachos: CICS -> CQJC -> CAPADR -> CMAIS -> PLEN

Parere:

Parere do Relator, Dep. Joséildo (PDT-AP), pela aprovação deste, do PL 2004/2011, do PL 5244/2013, do PL 6089/2013, do PL 966/2013, do PL 1051/2013, do PL 2100/2013, do PL 1564/2016, do PL 6384/2016, do PL 8231/2017, do PL 1087/2018, do PL 1115/2018, do PL 1174/2018, do PL 1197/2018, do PL 561/2019, do PL 710/2019, do PL 951/2019, do PL 907/2019, do PL 3403/2019, do PL 3391/2019, do PL 3472/2019, do PL 1492/2020, do PL 1455/2020, do PL 371/2020, do PL 2122/2020, do PL 2540/2020, do PL 1620/2022, do PL 565/2022, do PL 5707/2022, do PL 1916/2021, do PL 3080/2015, do PL 8944/2017, do PL 8733/2017, do PL 9070/2017, do PL 3995/2021, do PL 3836/2015, do PL 1441/2019, do PL 2244/2019, do PL 164/2020, do PL 2649/2020, do PL 3279/2019, do PL 1710/2022, do PL 184/2023, do PL 4099/2023, do PL 2302/2024, do PL 7193/2017, do PL 1704/2023, do PL 302/2019, do PL 178/2023, do PL 2544/2023, do PL 2126/2021, do PL 3355/2021, do PL 4200/2021, do PL 7199/2010, do PL 29/2019, do PL 608/2019, do PL 4029/2019, do PL 1368/2022, do PL 4079/2023, do PL 1916/2019, do PL 3724/2019, do PL 2351/2021, do PL 4350/2021, do PL 180/2023, do PL 825/2023, do PL 4991/2023, do PL 84/2021, do PL 375/2021, do PL 600/2019, do PL 4995/2020, do PL 5186/2020, do PL 1457/2021, do PL 2219/2021, do PL 3076/2021, do PL 3640/2021, do PL 4118/2023, do PL 408/2024, do PL 692/2024, do PL 181/2023, do PL 563/2023, do PL 617/2023, do PL 342/2020, do PL 102/2024, do PL 1068/2022, do PL 3424/2023, do PL 260/2023, do PL 111/2022, do PL 177/2023, e do PL 5918/2023, apensados, com substitutivo, e pela rejeição do PL 3786/2015, e do PL 2507/2021, apensados.

ORIENTAÇÃO FPA

CONTRÁRIO AO PARECER DO RELATOR []

ARGUMENTAÇÃO

O Estado deve ter um papel educativo, e não punitivo, nos primeiros contatos entre os fiscais e o proprietário rural. Por isso, esse contato inicial deve focar em esclarecer e informar, adotando uma abordagem educativa. Como está proposto, há o risco de que fatores externos possam influenciar o processo de aplicação de multas.

Resultado:

Lido o Parecer pelo Relator. Aprovado o Parecer.

14-30 **CEDESAT - Comissão Especial destinada a estudar e analisar formas de prevenção e auxílio a desastres e calamidades naturais que vêm assolando o Território Nacional**

Audiência Pública e Deliberação

Local: Anexo II, Plenário 04
Objetivo: Discussão e votação de propostas legislativas
Status: Encerrada

Proposições em pauta

Ordem: 23

CD PL 1032/2024 - (ORDINARIA)

Autoria: Pezatti (MDB/SC)

Altera o Decreto nº 9.452, de 1º de maio de 1943 e a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para modificar a base de cálculo para contratação de serviços de aprendizes e PCD, para o exercício de atividades insalubres e de safrinhas.

Despachos: CFP -> CTRAB -> CQJC

Atual Relator(a): Márcio Jerry (PCDO/MA)

Parere:

Parere do Relator, Dep. Márcio Jerry (PCdoB-MA), pela rejeição.

ORIENTAÇÃO FPA

CONTRÁRIO AO PARECER DO RELATOR []

ARGUMENTAÇÃO

Estudar regras em condições perigosas, insalubres, penosas e de safra da base de cálculo para a contratação de aprendizes e de pessoas com deficiência ou reabilitadas é uma medida importante para promover um ambiente de trabalho seguro e adequado para todos. Essa exclusão propõe adolescentes em formação e trabalhadores vulneráveis de riscos desnecessários, garantido que as políticas de inclusão não comprometam a saúde e o desenvolvimento desses indivíduos. Além disso, ao reconhecer a especificidade e a sazonalidade do trabalho rural, o projeto alinha as regulamentações com a realidade do mercado, evitando que trabalhadores sejam colocados em posições inadequadas para sua perfil.

Resultado:

Lido o Parecer pelo Relator Vista à Deputada Daniela Reimhr.

15-00 **CASP - Comissão de Administração e Serviço Público**

Resumo Deliberativo

Local: Anexo II, Plenário 08
Objetivo: Discussão e votação de propostas legislativas
Status: Encerrada (Final)

Proposições em pauta

Ordem: 13

CD PL 1364/2019 - (ORDINARIA)

Autoria: Rosana Valle (PL/SP)

Altera a Lei nº 12.815, de 05 de junho de 2013, que dispõe sobre a exploração direta e indireta pela União de portos e instalações portuárias e sobre as atividades desempenhadas pelos operadores portuários, e dá outras providências.

Despachos: CASP -> CFT -> CQJC

Atual Relator(a): Luiz Gastão (PSD/CE)

Parere:

Parere do Relator, Dep. Luiz Gastão (PSD-CE), pela aprovação deste, do PL 1064/2021, e do PL 1455/2023, apensados, com substitutivo.

Resultado:

Prejudicado o Requerimento de Retirada de Pauta, de autoria do Deputado Reimont, em razão da retirada de pauta, por acordo.

15-00 **CPOVOS - Comissão da Amazônia e dos Povos Originários e Tradicionais**

Resumo Deliberativo

Local: Anexo II, Plenário 12
Objetivo: Discussão e votação de propostas legislativas
Status: Encerrada (Terno)

Proposições em pauta

Ordem: 4

CDREQ 41/2024 CPOVOS - (DIVERSOS)

Autoria: Célia Sakrishi (PSOL/MG)

Respe a realização de Audiência Pública em razão da violência no campo e os 2 (dois) anos da Campanha "Contra Violência no Campo - em defesa dos povos das águas, do campo e das florestas" de atuação conjunta de organizações da Sociedade Civil no enfrentamento às múltiplas faces da violência e suas causas

ORIENTAÇÃO FPA

MONITÓRIA []

Ordem: 6

CD PL 327/2020 - (ORDINARIA)

Autoria: Jerônimo Goergen (PP/RS)

Dispõe sobre a concessão do benefício do seguro-desemprego ao agricultor ou extrativista rural impedido de exercer sua atividade devido a inundações, enchentes, pragas sazonais ou queimadas.

Despachos: CTRAB -> CPOVOS -> CPASF -> CFT -> CQJC

Atual Relator(a): Socorro Neri (PP/AC)

Parere:

Parere da Relatora, Dep. Socorro Neri (PP-AC), pela aprovação deste, do PL 2008/2021, e do PL 2614/2021, apensados, na forma do Substitutivo adotado pela CTRAB.

ORIENTAÇÃO FPA

ANULANDO []

Ordem: 9

CD PL 3813/2023 - (ORDINARIA)

Autoria: Fausto Santos Jr. (UNIDA/MAM)

Destina 5% dos recursos arrecadados com a aplicação de multas por infração ambiental a programas de compensação ambiental na Amazônia Legal decorrentes de obras de infraestrutura de desenvolvimento regional.

Despachos: CPOVOS -> CMAIS -> CQJC

Atual Relator(a): Socorro Neri (PP/AC)

Parere:

Parere da Relatora, Dep. Socorro Neri (PP-AC), pela aprovação.

ORIENTAÇÃO FPA

FAVORÁVEL AO PARECER DA RELATORA []

ARGUMENTAÇÃO

Investir na prevenção e recuperação da qualidade ambiental na Amazônia Legal, especialmente em áreas impactadas por projetos de infraestrutura, se faz necessário, desde a proteção da biodiversidade até a mitigação das mudanças climáticas.

15-00 **CVT - Comissão de Viação e Transportes**

Audiência Pública

Local: Anexo II, Plenário 05
Objetivo: Discussão e votação de propostas legislativas
Status: Encerrada (Final)

Proposições em pauta

Ordem: 13

CD PL 1032/2024 - (ORDINARIA)

Autoria: Pezatti (MDB/SC)

Altera o Decreto nº 9.452, de 1º de maio de 1943 e a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para modificar a base de cálculo para contratação de serviços de aprendizes e PCD, para o exercício de atividades insalubres e de safrinhas.

Despachos: CFP -> CTRAB -> CQJC

Atual Relator(a): Márcio Jerry (PCDO/MA)

Parere:

Parere do Relator, Dep. Márcio Jerry (PCdoB-MA), pela rejeição.

Perfil de caminhoneiro autônomo e públicas públicas aos profissionais do transporte rodoviário de cargas. (REQ 422024 CVT, do deputado Zé Trovão). Convidados: FERNANDA PENTEADO, Diretora de Outorgas, representando o Ministério dos Transportes. (Confirmada) - THOMAS CALDELLAS, Coordenador-Geral de Regulamentos Técnicos e Mobilidade Sustentável do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços. (Confirmado) - JOSÉ AIRES AMARAL FILHO, Superintendente de Serviços de Transporte Rodoviário e Multimodal de Cargas da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT). (Confirmado) - LEONARDO SILVA RODRIGUES, Coordenador-Geral de Operação Rodoviária do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT). (Confirmado) - ANTONIEL ALVES DE LIMA, Policial Rodoviário Federal representando a Polícia Rodoviária Federal (PRF). (Confirmado) - PAULA MONTANER, Subsecretária de Estatísticas e Estudos de Trabalho, e BERNARDO HENRIQUE VELASCO, Auditor-Fiscal do Trabalho da Secretaria de Inspeção do Trabalho, representando o Ministério do Trabalho e Emprego. (Confirmados) - DIUMAR BLIEND, Presidente da Confederação Nacional dos Transportadores Autônomos (CNTA), e da Federação Interestadual dos Transportadores Rodoviários Autônomos de Bens (Fecam). (Confirmado) - ALZIBIO DA MOTTA SANTOS FILHO, Diretor Jurídico da Confederação Nacional dos Transportadores Autônomos (CNTA). (Confirmado) - NORIVAL DE ALMEIDA SILVA, Presidente da Federação dos Caminhoneiros Autônomos de Cargas em Geral do Estado de São Paulo (Fetrasp). (Confirmado) - WILTON VALENÇA NERY, Vice-Presidente da Federação Interestadual dos Transportadores Rodoviários Autônomos de Cargas da Região Nordeste (Fecore). (Confirmado) - FRANCISCO BIAZZOTTO, Presidente da Federação dos Caminhoneiros Autônomos e Transportadores Rodoviários Autônomos de Bens de Santa Catarina (Fecam-SC). (Confirmado) - ANTONIO VITALIANO DE OLIVEIRA, Presidente da Federação dos Caminhoneiros Autônomos de Cargas do Rio de Janeiro (Fecam-RJ). (Confirmado) - JAIME FERREIRA DOS SANTOS, Presidente da Federação Interestadual dos Depoosbarros (Fecop). (Confirmado) - CARLOS ROBERTO DELLAROSA, Presidente do Sindicato dos Transportadores Rodoviários Autônomos de Bens (Fecam). (Confirmado) - ANTONIO PERINA, Diretor Comercial da AGP Pesquisas. (Confirmado) - WAGNER JONES DE ALMEIDA, Presidente da Federação dos Transportadores Autônomos de Cargas de Minas Gerais (Fetramg). (Confirmado) - NILTON ANTONIO BARBOSA, Presidente da Federação dos Transportadores Autônomos de Cargas do Espírito Santo (Fetac-ES). (Confirmado) - ANTONIO VANDER SILVA REIS, Presidente da Federação dos Caminhoneiros Autônomos de Cargas de Minas Gerais (Fetac-MG). Representante do Ministério da Saúde (Não participará)

Assunto II, Plenário 11 Encerrada

14/08/2024 - quarta-feira



RESULTADO DA AGENDA DA CÂMARA - 12 DE AGOSTO À 16 DE AGOSTO

1. AGENDA DA CÂMARA - 12 DE AGOSTO

2. AGENDA DA CÂMARA - 13 DE AGOSTO

3. AGENDA DA CÂMARA - 14 DE AGOSTO

4. AGENDA DA CÂMARA - 15 DE AGOSTO

5. AGENDA DA CÂMARA - 16 DE AGOSTO

RESULTADO DA AGENDA DA CÂMARA - 12 DE AGOSTO À 16 DE AGOSTO

Ordem	Projeto de Lei	Resultado
1	PL 1111/2017	APROVADO
2	PL 1112/2017	APROVADO
3	PL 1113/2017	APROVADO
4	PL 1114/2017	APROVADO
5	PL 1115/2017	APROVADO
6	PL 1116/2017	APROVADO
7	PL 1117/2017	APROVADO
8	PL 1118/2017	APROVADO
9	PL 1119/2017	APROVADO
10	PL 1120/2017	APROVADO
11	PL 1121/2017	APROVADO
12	PL 1122/2017	APROVADO
13	PL 1123/2017	APROVADO
14	PL 1124/2017	APROVADO
15	PL 1125/2017	APROVADO
16	PL 1126/2017	APROVADO
17	PL 1127/2017	APROVADO
18	PL 1128/2017	APROVADO
19	PL 1129/2017	APROVADO
20	PL 1130/2017	APROVADO
21	PL 1131/2017	APROVADO
22	PL 1132/2017	APROVADO
23	PL 1133/2017	APROVADO
24	PL 1134/2017	APROVADO
25	PL 1135/2017	APROVADO
26	PL 1136/2017	APROVADO
27	PL 1137/2017	APROVADO
28	PL 1138/2017	APROVADO
29	PL 1139/2017	APROVADO
30	PL 1140/2017	APROVADO
31	PL 1141/2017	APROVADO
32	PL 1142/2017	APROVADO
33	PL 1143/2017	APROVADO
34	PL 1144/2017	APROVADO
35	PL 1145/2017	APROVADO
36	PL 1146/2017	APROVADO
37	PL 1147/2017	APROVADO
38	PL 1148/2017	APROVADO
39	PL 1149/2017	APROVADO
40	PL 1150/2017	APROVADO
41	PL 1151/2017	APROVADO
42	PL 1152/2017	APROVADO
43	PL 1153/2017	APROVADO
44	PL 1154/2017	APROVADO
45	PL 1155/2017	APROVADO
46	PL 1156/2017	APROVADO
47	PL 1157/2017	APROVADO
48	PL 1158/2017	APROVADO
49	PL 1159/2017	APROVADO
50	PL 1160/2017	APROVADO
51	PL 1161/2017	APROVADO
52	PL 1162/2017	APROVADO
53	PL 1163/2017	APROVADO
54	PL 1164/2017	APROVADO
55	PL 1165/2017	APROVADO
56	PL 1166/2017	APROVADO
57	PL 1167/2017	APROVADO
58	PL 1168/2017	APROVADO
59	PL 1169/2017	APROVADO
60	PL 1170/2017	APROVADO
61	PL 1171/2017	APROVADO
62	PL 1172/2017	APROVADO
63	PL 1173/2017	APROVADO
64	PL 1174/2017	APROVADO
65	PL 1175/2017	APROVADO
66	PL 1176/2017	APROVADO
67	PL 1177/2017	APROVADO
68	PL 1178/2017	APROVADO
69	PL 1179/2017	APROVADO
70	PL 1180/2017	APROVADO
71	PL 1181/2017	APROVADO
72	PL 1182/2017	APROVADO
73	PL 1183/2017	APROVADO
74	PL 1184/2017	APROVADO
75	PL 1185/2017	APROVADO
76	PL 1186/2017	APROVADO
77	PL 1187/2017	APROVADO
78	PL 1188/2017	APROVADO
79	PL 1189/2017	APROVADO
80	PL 1190/2017	APROVADO
81	PL 1191/2017	APROVADO
82	PL 1192/2017	APROVADO
83	PL 1193/2017	APROVADO
84	PL 1194/2017	APROVADO
85	PL 1195/2017	APROVADO
86	PL 1196/2017	APROVADO
87	PL 1197/2017	APROVADO
88	PL 1198/2017	APROVADO
89	PL 1199/2017	APROVADO
90	PL 1200/2017	APROVADO